

A estrela apaga

Jose Luis da Conceição/AE 17.1



NUMA SESSÃO DE HUMILHAÇÃO EXPLÍCITA, MURAD ADMITIU QUE OS R\$ 1,3 MILHÃO APREENDIDOS ERAM DINHEIRO DE CAMPANHA. A EXPLICAÇÃO, PORÉM, NÃO FOI SUFICIENTE PARA SATISFAZER OS PEFELISTAS

Denise Rothenburg e
Rudolfo Lago
Da equipe do **Correio**

“Sempre há o Sílvia Santos”, brincou o líder do PFL na Câmara, Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), numa conversa com o presidente do partido, senador Jorge Bornhausen (SC), no final da noite de ontem. Os dois avaliavam os efeitos da explicação dada pelo marido de Roseana Sarney, Jorge Murad, sobre a origem dos R\$ 1,3 milhão apreendidos no escritório da sua empresa, Lunus, há doze dias pela Polícia Federal. Murad disse que vinha recolhendo o dinheiro junto a empresas para financiar a campanha de sua mulher, Roseana Sarney. Confessou, com isso um crime eleitoral. Mas garantiu que Roseana de nada sabia. “Eu até gostei da explicação”, disse um desenhado Inocêncio. “Mas não sou eu quem tem de gostar. Quem tem de gostar é a opinião pública”.

Em 1989, o PFL apostou suas fichas em Aureliano Chaves, o vice-presidente no governo João Figueiredo. Aureliano revelou-se um estorvo. No meio da campanha, três senadores pefelistas — Hugo Napoleão (PI), Marcondes Gadelha (PB) e Edison Lobão (MA) — inventaram a candidatura de Sílvia Santos. Compraram uma vaga para o empresário e apresentador de TV no minúsculo PMN. Logo, a grande maioria da pefelândia aderiu à candidatura do inventor da *Casa dos Artistas*. A candidatura acabou impugnada pelo Tribunal Superior Eleitoral. Agora, da mesma forma, Sílvia Santos não poderia ser o candidato do PFL, porque não é filiado do partido. Inocêncio não pensava nessa alternativa a sério. Mas, ao se lembrar de-

la, deixava claro o que já passa pela cabeça da maioria dos pefelistas. Como Aureliano em 1989, Roseana agora virou um estorvo. E o PFL terá de encontrar um substituto para se livrar dela.

No início do dia, a cúpula pefelista julgava que tinha encontrado uma saída razoável para Roseana. De tudo o que a Polícia Federal achou no escritório da Lunus o dinheiro era o mais grave. Os documentos que podiam envolver Murad e Roseana com os escândalos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) não eram conclusivos. E os advogados da governadora conseguiram que não fossem escarafunchados. Ficariam sob a guarda do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, primo do vice-presidente pefelista Marco Maciel. A foto da bolada, em maços de notas de R\$ 50, vinha sendo repetida nos jornais todos os dias. Cobrava-se uma explicação para isso, e ela não vinha. Seis diferentes versões surgiram ao longo da última semana.

SETE HORAS DE REUNIÃO

Na segunda-feira, o advogado Antônio Carlos de Almeida Castro desembarcou em São Luís. Fechou-se com Roseana e Murad por sete horas. Almeida Castro concluiu que não havia como fugir da explicação de que a bolada era dinheiro de campanha. Para ele, se Murad assumisse que era ele — e não Roseana — quem arrecadava os recursos, e que a governadora nada sabia sobre essas operações, ela poderia se safar do crime eleitoral. Como Murad não é candidato, não haveria crime. E nenhum partido poderia condená-la publicamente. Esse é o pe-

cado de todo político. Todos fazem arrecadações informais na pré-campanha. O jeito era denunciar a hipocrisia.

Encontrada a forma da explicação, na manhã de ontem seguiram para o Maranhão Jorge Bornhausen e o jurista Torquato Jardim, especialista em legislação eleitoral. Ele deu os últimos retoques na nota. Ela teria de ser lida por Murad. Ele teria de assumir tudo sozinho e deixar seu cargo de gerente de Planejamento (o equivalente a secretário) no governo do Maranhão. “Você é uma mulher de fibra. A nota está perfeita”, disse Bornhausen. Roseana não sorriu como resposta ao elogio. Não era agradável o que tinha de fazer. À tarde, Jorge Murad convocou a imprensa para uma sessão de humilhação explícita. Leu a nota. “Como é de conhecimento de todos, a governadora Roseana é pré-candidata à Presidência

da República”, explicou. Nesse período, disse ele, a legislação eleitoral proíbe a arrecadação de recursos. Mas os candidatos, assim mesmo, fazem campanha. Isso custa dinheiro. “Corri os riscos inerentes à realidade social do país. Assumo a responsabilidade da iniciativa e saio do governo neste momento para evitar maior constrangimento a quem quer que seja”.

NEM TÃO PERFEITA

Quando pisou em Brasília, no final da tarde, Bornhausen percebeu que a nota não era assim tão “perfeita”. A maior parte dos juristas não seguia a interpretação de Torquato Jardim e Almeida Castro (leia reportagem na página 7). E o PFL não se dava por satisfeito com a explicação. Principalmente porque Murad não dizia de quem recolhera o dinheiro e o que seria feito com ele.

“A candidatura está inviabilizada”, resumiu o ex-ministro da Previdência Roberto Brant (PFL-MG). “Se persistirem as dúvidas, Roseana não poderá manter sua candidatura, porque mesmo que as dúvidas sejam injustas, não é bom para o Brasil”, dizia o ex-ministro da Previdência Roberto Brant (PFL-MG). Brant fala abertamente o que muitos pefelistas comentam em conversas reservadas. “É difícil separar o marido da mulher. Se ela não tiver condições de explicar de onde veio e para onde iria o dinheiro, fica difícil aspirar ao cargo de dirigente máximo do país. A candidatura depende mais dela do que do PFL”, comentou o ex-ministro. “Ela precisa esclarecer, sob pena de ficarmos a mercê da oposição em nossos estados”, comentou a deputada Laura Carneiro (PFL-RJ), em uma reunião da bancada do partido. “A turma está achando difícil seguir com Roseana”, concluiu Inocêncio, no relato da reunião que fez para Bornhausen.

Já no fim de semana, os pefelistas haviam experimentado em suas bases a “desconfortável sensação de que a candidatura está derretendo”, conforme a avaliação de um deputado do partido. A explicação sobre o dinheiro só complicou essa avaliação.

A “desconfortável sensação” sentida nas bases foi confirmada por três pesquisas divulgadas ontem. Em um levantamento encomendado pelo próprio PFL ao Instituto GPP, Roseana despencou cinco pontos. Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, aparece em primeiro com 27,1% das intenções de voto. Roseana ainda aparecia em segundo, com 18,3%. Mas via José Serra, do PSDB, crescer em sua direção, com 15,3%. Mais tarde,

foram divulgadas pesquisas do Ibope e do Datafolha. E aí a situação de Roseana era ainda mais desesperadora. Nas duas, ela foi ultrapassada por Serra. No Ibope, Lula aparece com 24%. Serra vem em segundo com 19%. E Roseana é a terceira com 17%. No Datafolha, Lula tem 25%, Serra tem 17% e Roseana, 15%.

Como diagnosticou Inocêncio, era preciso encontrar o novo Sílvia Santos do PFL. As alternativas estão sendo discutidas. Os pernambucanos pensam no vice-presidente Marco Maciel. Os cariocas apostam no prefeito do Rio, Cesar Maia. Uma coisa, porém, Bornhausen dá como certa. O partido rompeu com o governo. Não voltará. Seria a desmoralização. Em último caso, o próprio Bornhausen sai como candidato à Presidência.

Enquanto em Brasília os pragmáticos pefelistas discutiam como rifarão a sua candidatura, em São Luís Roseana e seu marido eram o retrato da tristeza. Um dia depois da apreensão, ela já sabia que o dinheiro encontrado eram recursos de campanha e discutia discutia com Bornhausen a hipótese de admitir. No primeiro momento, o PFL colocou-se contra. Aí, foram produzidas as várias desculpas. “Eu segui o roteiro que me deram e agora me desgasto sozinha”, reclamou com amigos. A estrela apagava. Na verdade, comportou-se como um cometa. Criada pelo PFL em agosto, em dois meses ela ocupava o segundo lugar nas pesquisas. Em doze dias, desde a apreensão do dinheiro e de documentos na empresa Lunus, Roseana despencou. O sonho pefelista de eleger a primeira mulher presidente do Brasil acabou.

O CORREIO DEU ANTES ...

Na segunda-feira, o *Correio Braziliense* antecipou que a explicação para os R\$ 1,3 milhão encontrados no cofre da empresa Lunus, de propriedade da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, e de seu marido, Jorge Murad, era dinheiro de campanha. Na reportagem publicada na página 6 de segunda, o *Correio* explicava que o dinheiro fora recolhido de empresas que fazem caixa 2 (reservam dinheiro sem declarar para o Imposto de Renda), uma prática ilegal.

